

CARNAVAL DE RUA EM CAMPO GRANDE/MS NO SÉCULO XXI: OCUPANDO A CIDADE E TRANSFORMANDO A REALIDADE

STREET CARNIVAL IN CAMPO GRANDE/MS IN THE 21ST CENTURY: OCCUPYING THE CITY AND TRANSFORMING REALITY

CARNAVAL CALLEJERO EN CAMPO GRANDE/MS EN EL SIGLO XXI: OCUPANDO LA CIUDAD Y TRANSFORMANDO LA REALIDAD

Taylor Fuchs Cardoso dos Santos ¹

Antonio Firmino de Oliveira Neto ²

Resumo: O presente artigo é derivado da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCULT/UFMS), campus Aquidauana, o qual propõe uma análise sobre o Carnaval de rua de Campo Grande/MS, a partir de uma perspectiva multidimensional (histórica, cultural, social e econômica), com ênfase em sua constituição enquanto manifestação popular de resistência. Sob uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com organizadores dos blocos pioneiros da capital sul-mato-grossense, esta investigação busca compreender o Carnaval como uma prática cultural híbrida, marcada por constante disputa e ressignificação. O estudo contextualiza o *boom* dos carnavales de rua do Brasil no século XXI e examina as especificidades do caso campo-grandense, evidenciando tensões entre folia, urbanidade e políticas públicas. As narrativas de figuras centrais, como, Silvana Valu, Jafferson Contar, Vitor Samúdio e Fernando Cruz permitem traçar um panorama das transformações ocorridas a partir da emergência de blocos como o Cordão da Valu, entre outros que o sucederam, revelando o Carnaval como um espaço de afirmação de identidades, produção simbólica e disputa territorial. Além de sua dimensão simbólica, a festa se apresenta como arena de luta com forças conservadoras e omissões institucionais, ao mesmo tempo em que se consolida como potência de dinamização econômica e reconfiguração do espaço urbano.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Cordão Valu; Carnaval de Rua no Século XXI; Inclusão; Resistência.

Abstract: This article is derived from a master's dissertation developed within the Postgraduate Program in Cultural Studies at the Federal University of Mato Grosso do Sul

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Mestre em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Aquidauana-MS. Professor da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE/MS). E-mail: taylorfuchs@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0901817885989647> Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0005-4804-7099>

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com estágio pós-doutoral pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Aquidauana-MS. E-mail: firmino.neto@ufms.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0376410579246219> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7955-5417>

(PPGCULT/UFMS), Aquidauana campus, which proposes an analysis of the street Carnival of Campo Grande, MS, from a multidimensional perspective (historical, cultural, social, and economic), with emphasis on its constitution as a popular manifestation of resistance. Under a qualitative approach, based on bibliographic review, documentary analysis, and semi-structured interviews with organizers of pioneering Carnival groups in the state capital, this investigation seeks to understand Carnival as a hybrid cultural practice, marked by constant dispute and resignification. The study contextualizes the boom of street Carnivals in Brazil in the 21st century and examines the specificities of the Campo Grande case, highlighting tensions between revelry, urbanity, and public policies. The narratives of central figures, such as Silvana Valu, Jafferson Contar, Vitor Samúdio, and Fernando Cruz, allow tracing a panorama of the transformations that occurred with the emergence of groups like Cordão da Valu, among others that followed, revealing Carnival as a space for affirming identities, symbolic production, and territorial dispute. Beyond its symbolic dimension, the celebration presents itself as an arena of struggle against conservative forces and institutional omissions, while consolidating itself as a force for economic dynamization and urban space reconfiguration.

Keywords: Right to the City; Cordão Valu; Street Carnival in the 21st Century; Inclusion; Resistance.

Resumen: Este artículo es derivado de una disertación de maestría desarrollada en el ámbito del Programa de Posgrado en Estudios Culturales de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCULT/UFMS), campus Aquidauana, el cual propone un análisis sobre el Carnaval de la calle de Campo Grande/MS, desde una perspectiva multidimensional (histórica, cultural, social y económica), con énfasis en su constitución como manifestación popular de resistencia. Bajo un enfoque cualitativo, fundamentado en revisión bibliográfica, análisis documental y entrevistas semiestructuradas con organizadores de bloques pioneros de la capital sul-mato-grossense, esta investigación busca comprender el Carnaval como una práctica cultural híbrida, marcada por constante disputa y resignificación. El estudio contextualiza el boom de los Carnavales de la calle en Brasil en el siglo XXI y examina las especificidades del caso campograndense, destacando tensiones entre fiesta, urbanidad y políticas públicas. Las narrativas de figuras centrales, como Silvana Valu, Jafferson Contar, Vitor Samúdio y Fernando Cruz, permiten trazar un panorama de las transformaciones ocurridas a partir de la emergencia de bloques como el Cordão da Valu, entre otros que lo sucedieron, revelando el Carnaval como un espacio de afirmación de identidades, producción simbólica y disputa territorial. Más allá de su dimensión simbólica, la fiesta se presenta como arena de lucha contra fuerzas conservadoras y omisiones institucionales, al mismo tiempo que se consolida como potencia de dinamización económica y reconfiguración del espacio urbano.

Palabras clave: Derecho a la Ciudad; Cordão Valu; Carnaval Callejero en el Siglo XXI; Inclusión; Resistencia.

Introdução

O carnaval de rua é uma das manifestações culturais mais vibrantes e significativas do Brasil, refletindo a diversidade, as tensões e as transformações da sociedade ao longo do tempo. Em Campo Grande/MS, essa festividade tem ganhado força e um novo formato no século XXI, consolidando-se como um fenômeno crescente, apesar dos desafios impostos por políticas conservadoras e pela falta de apoio governamental. O presente artigo, fruto da dissertação de

mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCULT/UFMS), campus Aquidauana, intenta analisar o Carnaval de rua campo-grandense sob uma perspectiva histórica, cultural, social e econômica, destacando a sua relevância enquanto manifestação popular e espaço de resistência.

A pesquisa fundamenta-se na análise de dados históricos, entrevistas com protagonistas do movimento e referencial teórico que discute o Carnaval como uma prática cultural híbrida, dinâmica e transformadora. O estudo estabelece um diálogo com o *boom* do Carnaval de rua no Brasil no século XXI, abordando as origens dessa festividade em Campo Grande e as suas múltiplas transformações. O Carnaval enquanto expressão popular reflete as especificidades locais, constituindo-se, simultaneamente, como um espaço de resistência e afirmação identitária para diversos grupos sociais. Por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas pelo autor em 2024, foram escolhidos os fundadores dos primeiros blocos surgidos em Campo Grande nesse novo movimento, dentre os quais se destacam Silvana Valu e Jefferson Contar, do Cordão Valu; Vitor Samúdio, do Capivara Blase; e Fernando Cruz, do Evoé Baco.

Dentre os principais agentes dessas mudanças estão os blocos de rua, que desempenham um papel fundamental na ressignificação do Carnaval campo-grandense. O Cordão Valu, um dos precursores desse movimento, abriu caminho para a proliferação de outros blocos que passaram a ocupar as ruas da cidade, demonstrando que o Carnaval também pode ser um meio de disputa e ressignificação do espaço urbano. Além disso, a festa representa um importante catalisador econômico, impulsionando diversos setores, como comércio, turismo e serviços.

Este artigo aborda o fenômeno do *boom* do Carnaval de rua, ocorrido no século XXI, que alterou a lógica do Carnaval em grandes centros urbanos e posteriormente se espalhou por diversas cidades brasileiras. Em seguida, é discutido o processo histórico do Carnaval no município, desde o final do século XIX até o início do século XXI. O Cordão Valu, criado em 2006, é destacado como o primeiro bloco de Carnaval de rua da cidade e considerado o grande propulsor desse novo modelo, que se caracteriza pela ocupação dos espaços públicos e pela prática de "pular Carnaval". A partir da proposta do Cordão Valu, outros blocos começaram a surgir, seguindo a mesma proposta e contribuindo para a reconfiguração do Carnaval campo-grandense.

Dessa forma, este estudo pretende contribuir para a compreensão do Carnaval de rua em Campo Grande como um fenômeno que ultrapassa a mera festividade, consolidando-se como uma prática cultural de resistência e transformação social. Por meio da análise de suas

dinâmicas e impactos, espera-se evidenciar como essa manifestação tem desafiado preconceitos e se fortalecido como um elemento central da cultura local.

O Boom do Carnaval de Rua no Século XXI

No século XXI, o Carnaval de rua no Brasil passou por uma revitalização intensa, transformando-se em uma das manifestações culturais mais populares do país. Esse crescimento decorreu de mudanças sociais, culturais e tecnológicas que proporcionaram mais vigor para a celebração carnavalesca, espalhando-se tanto em grandes cidades quanto em centros menores, onde a festa incorpora características e tradições locais.

A retomada do Carnaval de rua deu-se, em partes, em decorrência do desejo de ocupar espaços públicos de maneira livre e comunitária, especialmente após anos de repressão na Ditadura Militar (1964-1985) e da comercialização da festividade nos anos 90. Esse contexto coincidiu com uma fase de crescimento econômico e instabilidade política no Brasil, oferecendo mais segurança financeira e recursos para que as pessoas organizassem eventos carnavalescos de grande escala (Palmeira; Pacheco, 2014).

A internet e as redes sociais exerceram influência no *boom* dos Carnavais, permitindo a divulgação e a organização dos blocos de rua e facilitando o acesso do público a informações sobre horários e locais dos eventos. A tecnologia, portanto, viabilizou o Carnaval em termos de logística e ampliou a sua visibilidade e participação popular, gerando um sentimento de identidade e inclusão coletiva (Palmeira; Pacheco, 2014).

Outro elemento importante foi a valorização das tradições culturais regionais. Muitos blocos passaram a incorporar músicas, danças e símbolos específicos de suas regiões, reforçando identidades locais e celebrando a diversidade cultural brasileira. No âmbito da indústria cultural, grandes corporações de bebidas e comunicação, por meio de patrocínios, agregaram outros ritmos à festa, como o Sertanejo Universitário e o Funk, com artistas renomados criando blocos que reafirmam a cultura e trazem um aspecto particular da cultura brasileira. Isso promoveu o orgulho regional e fortaleceu as raízes comunitárias, mas também criou um espaço de disputa cultural (Palmeira; Pacheco, 2014).

O impacto econômico do crescimento do Carnaval de rua também é significativo, atraindo milhões de turistas e gerando renda para as cidades, além de proporcionar empregos temporários para vendedores, músicos, artistas e outros prestadores de serviços. Esse afluxo de foliões fortalece as economias locais, especialmente nos setores de alimentação, transporte e turismo.

O crescimento do Carnaval de rua trouxe desafios. A explosão de popularidade gerou uma sobrecarga em infraestruturas urbanas e levou à necessidade de maior planejamento por parte das autoridades para garantir segurança e controle de multidões. Questões como a gestão de resíduos e a prevenção de incidentes ganharam relevância nas estratégias de muitas prefeituras, e muitas vezes são utilizadas pelas gestões municipais para cercear ou proibir as festividades.

A seguir, será analisado como se desenvolveu o processo histórico do Carnaval de rua em Campo Grande, desde os seus primeiros festejos realizados na Rua Velha no final do século XIX, passando pela criação dos primeiros blocos, os bailes de clube, os carnavais realizados pelo poder público, o surgimento e a consolidação das Escolas de Samba, até o século XXI, com o surgimento dos novos blocos de carnaval de rua.

Carnaval de Campo Grande/MS: Mais de um Século de Tradição

O Carnaval de Campo Grande/MS tem seus primeiros registros no final do século XIX, quando o povoado, com apenas uma rua, celebrava o Carnaval no "entrudo", uma brincadeira marcada por bexigas, latas de água, farinha e até terra. De acordo com Paulo Coelho Machado (1999), era uma festa popular espontânea que ocorria nas ruas, refletindo o entusiasmo da pequena população local pela celebração. No entanto, foi em 1914 que o Carnaval campograndense ganhou uma primeira organização com a criação do Clube dos Fidalgos, fundado por Eduardo Santos Pereira e Gabriel Garcia Martins, tornando-se o primeiro a desfilar nas ruas da cidade. Este bloco foi pioneiro ao levar carros alegóricos e elementos críticos e satíricos, abordando temas como a situação sanitária e a mudança do cemitério da cidade, desafiando as normas municipais da época (Contar, 1999).

A partir de então, o Carnaval foi se expandindo, e nas décadas de 1910 e 1920, surgiram outros blocos, como o Bloco do Lulu e o Bloco do Capivara. Além dos blocos, também eram populares os bailes carnavalescos organizados nas casas de famílias e no salão da Intendência Municipal. Nas ruas, apesar de combatido, o entrudo ainda persistia e, de acordo com Contar (1999), até o fim da década de 1940 existem registros dessa modalidade da festa. Em 1924, o Rádio Clube deu um novo impulso à festa, voltado principalmente à elite local, realizando eventos carnavalescos no salão do clube (Machado, 1999).

A partir de 1928, o Corso tornou-se uma grande atração nas ruas da cidade, com carruagens e automóveis desfilando pela Rua 14 de Julho, marcando uma nova fase da folia, mais sofisticada. No entanto, essa nova fase também foi marcada por uma segregação social,

pois restringia a participação às classes altas que detinham condições de possuir automóveis, relegando o restante da população ao papel de espectadores dos desfiles. Na maioria das vezes, esses desfiles encaminhavam-se para os bailes dos clubes, que também atuavam como fator de segregação da população.

Nos anos seguintes, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, testemunhou-se o crescimento dos desfiles de carnaval, com um envolvimento cada vez maior da população. Concomitantemente, as oposições à festa ganharam corpo, com críticas relacionadas às condições das ruas após os desfiles. O Jornal do Commercio de 1935, por exemplo, destacou o estado lamentável da Rua 14 de Julho após os festejos, com lama e sujeira resultantes das festividades. Durante esse período, o Corso e os bailes elitizados coexistiam com os blocos de rua que, mesmo sem grande visibilidade midiática, continuaram a ser uma parte essencial da celebração.

Na década de 1950, o Carnaval de Campo Grande/MS se transformou com a organização de eventos públicos gratuitos, com a Rádio PRI-7 (fundada em 1939) desempenhando um papel central ao proporcionar festas abertas à população, principalmente às classes populares. Em 1962, começaram a surgir as primeiras escolas de samba, com destaque para a fundação da escola Acadêmicos do Jardim Brasil, que mais tarde se tornaria Acadêmicos do Samba. As escolas de samba, inicialmente formadas por membros de blocos de rua, passaram a receber apoio da prefeitura e a se profissionalizar ao longo dos anos (Contar, 1999).

O processo de profissionalização e organização das escolas de samba ganhou força nos anos 1970 e 1980, com a criação da Associação das Escolas de Samba em 1980 e a introdução de um sistema de julgamento baseado em quesitos e notas, consolidando o modelo moderno do Carnaval de Campo Grande (Contar, 1999). A participação popular se intensificou, com um Carnaval mais organizado e voltado à comunidade, mas também com o surgimento de novas divisões, como a maior presença de pessoas não associadas às escolas nas festividades.

Em 1968, o contexto político da Ditadura Militar teve um impacto direto nas celebrações de Carnaval, com a introdução de novas regulamentações para os blocos e desfiles, como a proibição de máscaras e do uso de lança-perfume. Isso refletiu a censura e as restrições de liberdade características do período. Apesar dessas intervenções, o Carnaval de Campo Grande continuou a crescer e, na década de 1980, o evento havia se consolidado como uma importante manifestação cultural da cidade.

A Transformação do Carnaval em Campo Grande/MS: Entre a Exclusividade e a Inclusão Popular

O Carnaval de Campo Grande/MS experimentou uma expansão significativa ao longo das décadas, passando por transformações que refletiram tanto os aspectos culturais quanto os contextos políticos e sociais da cidade.

Nos anos 80, o Carnaval ganhou novos contornos com a multiplicação das Escolas de Samba, a realização do Baile Popular na Praça Ary Coelho e o sucesso dos bailes de salão nos clubes da cidade, como o Rádio Clube, Surian, Noroeste, União dos Sargentos e Libanês. Esses eventos revelavam uma forte segmentação social, étnica e profissional, com clubes mais elitizados, como o Rádio Clube, frequentados por líderes políticos e empresários, enquanto outros, mais populares, abriam suas portas para qualquer um que quisesse participar. A exclusão implícita nessas práticas de segregação social ficou evidente nas restrições de acesso aos bailes e na organização de blocos, alguns dos quais, como os de bairros ou de clubes, buscavam apenas diversão local, enquanto outros eram mais institucionalizados e apareciam como partes da programação oficial (Santos, 2024).

Em 1984, a cidade experimentou uma nova dinâmica com a criação das Batalhas de Confetes, evento promovido pela prefeitura que descentralizou as festividades para diversos bairros e inovou com o Jacaré Elétrico, uma versão local do trio elétrico. O movimento carnavalesco da década de 80 foi marcado pela crescente participação popular, especialmente nas escolas de samba, que contavam com mais integrantes e atraíam cada vez mais foliões e espectadores para seus desfiles (Santos, 2024).

Contudo, a década de 90 foi um período de declínio para o Carnaval de Campo Grande/MS, em grande parte devido ao desinteresse e ao descaso dos governantes. De acordo com Contar (1999), o descaso do poder público com o Carnaval levou à suspensão dos desfiles de samba por dois períodos (1992-1995 e 1997-1998). Essas foram as primeiras experiências em que não ocorreram desfiles na Rua 14 de Julho desde a criação dos desfiles das Escolas de Samba na década de 60. Contar (1999) critica ainda o que definiu como "baianização" do Carnaval, com a contratação pelo poder público de trios elétricos e bandas de axé vindas de fora, em detrimento dos músicos da capital e investimentos nas agremiações.

Nos anos finais da década de 1990 e início dos anos 2000, com o apoio do Governo do Estado, o Carnaval de Campo Grande/MS passou por novas tentativas de revitalização, com a realização de pré-carnavais na Avenida Afonso Pena. A criação de um Carnaval na Avenida Fernando Corrêa, sob a gestão do prefeito André Puccinelli, visava promover o evento e torná-

lo uma referência estadual. No entanto, a separação entre o Carnaval da prefeitura e o do governo estadual foi um reflexo das disputas políticas locais e da falta de uma organização centralizada para o evento. Em 2001, por meio de convênio com a Liga das Escolas de Samba de Campo Grande/MS e o governo do Estado, foram repassados recursos para as escolas da capital retomarem os desfiles na Rua 14 de Julho. Entretanto, somente em 2002 voltariam as disputas por quesitos e notas.

Havia, portanto, dois Carnavais em Campo Grande, um realizado pela prefeitura e outro pelo Governo estadual. Na Rua 14 de Julho, além do subsídio financeiro dado às escolas, o Governo estadual também era responsável por toda a estrutura, arquibancada, carros de som, palco, iluminação e premiação em dinheiro para as campeãs. O grande número de foliões no Carnaval da Avenida Fernando Corrêa, com recordes de participação, e a volta das escolas de samba para o desfile na Rua 14 de Julho, representaram tentativas de retomar o Carnaval na cidade (SANTOS, 2024). Entretanto, em 2007, após reclamações de moradores e comerciantes, o desfile foi mudado da Rua 14 de Julho para a Avenida Fábio Zahran (Via Morena).

Desde 2011, o Ministério Público Estadual, por meio de ação movida por moradores da região, proibiu shows e afins no Parque Laucídio Coelho e na Via Morena. Após várias tratativas, o desfile de 2011 aconteceu na Via Morena (Humberto; Burema; 2011), mas em 2012 foi remanejado novamente e, desta vez, para a Praça do Papa, localização bastante afastada da região central, onde os desfiles acontecem até hoje.

Entretanto, em 2007, após reclamações de moradores e comerciantes, o desfile foi mudado da Rua 14 de Julho para a Avenida Fábio Zahran (Via Morena). Desde 2011, o Ministério Público Estadual, por meio de ação movida por moradores da região, proibiu shows e afins no Parque Laucídio Coelho e na Via Morena. Após várias tratativas, o desfile de 2011 aconteceu na Via Morena (Humberto; Burema, 2011), mas em 2012 foi remanejado novamente e, desta vez, para a Praça do Papa, localização bastante afastada da região central, onde os desfiles acontecem até hoje.

A partir de 2007, uma nova configuração carnavalesca emergiu com a criação do Cordão do Bar Valu, precursor do Carnaval de Rua em Campo Grande no século XXI. Esse movimento foi marcado pela organização independente dos blocos, sem a necessidade de aprovação ou financiamento do poder público, e pela ocupação dos espaços públicos da cidade, especialmente na Esplanada Ferroviária. A proposta do Cordão foi tornar o Carnaval mais livre e acessível, estimulando a participação coletiva e a ocupação dos espaços urbanos por foliões de diferentes origens e condições sociais. Com o passar dos anos, outros blocos seguiram o exemplo do

Cordão, e o Carnaval de rua se consolidou como uma manifestação cultural vibrante e espontânea, com crescente adesão popular.

O Carnaval de rua de Campo Grande/MS da atualidade, com sua natureza inclusiva e democrática, representa uma ruptura com as formas mais elitizadas e institucionalizadas da festa, anteriormente dominantes. Sua continuidade e sucesso refletem não apenas uma mudança nas dinâmicas sociais da cidade, mas também um ressignificado do próprio Carnaval, mais alinhado com os anseios de liberdade e expressão dos foliões contemporâneos. Este movimento será explorado na próxima sessão, com foco nas origens do Cordão Valu e nos blocos que o sucederam, destacando sua importância na revitalização do Carnaval na cidade e na ocupação dos espaços públicos como palco de celebração.

Cordão Valu e o Carnaval de Rua em Campo Grande

A história do casal Silvana Valu e Jefferson Contar está profundamente interligada ao Carnaval, influenciada pela forte conexão familiar com essa tradição. Silvana, filha do músico Edir Valu, cresceu cercada pela cultura do samba. Seu pai foi intérprete da escola de samba Igrejinha entre 1978 e 2004, período em que a escola conquistou 16 títulos, em grande parte devido à performance de Edir, que recebeu 18 notas máximas no samba-enredo. Por sua vez, Jefferson é filho de Edson Contar, jornalista e compositor que ajudou a formalizar o Carnaval em Campo Grande/MS ao atuar como secretário de turismo e implantar regulamentos que estruturaram os desfiles na capital (Santos, 2024).

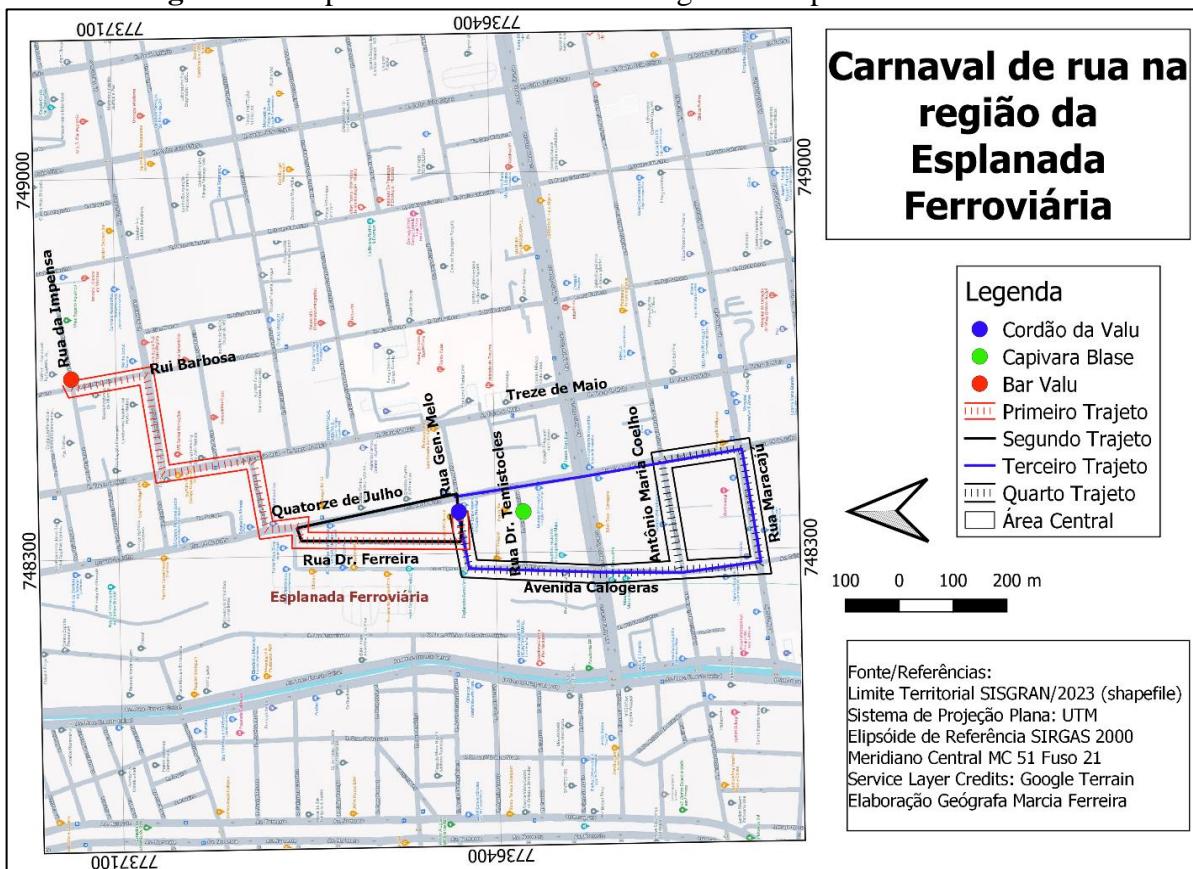
Em 2005, Silvana e Jefferson começaram a colocar em prática o desejo de trazer o Carnaval de rua com marchinhas e fantasias, uma alternativa ao modelo predominante, centrado em axé e abadás. Inspirados por blocos tradicionais do Rio de Janeiro, como o Cordão do Bola Preta, decidiram que precisavam de um espaço próprio para realizar seus eventos e, assim, fundaram o Bar Valu em 2006. A inauguração do bar coincidiu com a criação do Cordão Valu, um bloco que propunha um Carnaval espontâneo e inclusivo, aberto ao público e sem competitividade formal, focado na celebração do samba e das marchinhas (Santos, 2024).

O percurso do Cordão Valu foi cuidadosamente escolhido para valorizar o patrimônio cultural e histórico da cidade. A saída partia do Bar Valu, na esquina das ruas Rui Barbosa e Imprensa, e seguia em direção ao Bar do Zé Carioca, na Esplanada Ferroviária, um local que simbolizava a memória de Campo Grande. Essa escolha ressignificou o espaço da Esplanada, impactado pelo abandono após a privatização da Rede Ferroviária Federal, mesmo com o tombamento dos bens pela Lei nº 3.249 de 1996 (Santos, 2024).

O complexo Ferroviário é composto pela Estação Ferroviária, escritórios, oficinas, armazém, rotunda de manutenção, casa para operários, casa para funcionários, caixa d'água e escola. O conjunto tem 160 edificações e ocupa 22,3 hectares. As ruas que delimitam o complexo ferroviário são: Rua Dr. Ferreira; Rua 14 de Julho; Rua dos Ferroviários; Rua General Mello; Rua Dr. Temístocles; Rua Calógeras; Avenida Mato Grosso (Marques, 2014).

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Campo Grande, o complexo ferroviário é caracterizado como uma Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC), que é, assim definido em seu artigo 33, “A Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC) é constituída por áreas, edifícios ou espaços, urbanos e rurais, que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural e devem ser preservados visando evitar a perda ou o desaparecimento de suas características” (Lei Complementar n.º 341, 4 de dez., 2018).

Em 2006, veio a primeira restauração. Por meio do Ministério do Turismo, foram restaurados dois imóveis, um deles a antiga casa do chefe da estação, onde está instalado agora o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Em 2011, foi restaurado o antigo armazém, agora chamado de Armazém Cultural. “O restauro das casas principais e do Armazém Cultural já fez uma grande diferença no espaço do sítio. A iluminação, a limpeza dos prédios e os novos usos vão afastando gradativamente o espaço do esquecimento e da marginalização em que se encontrava” (Marques, 2014, p. 70). O interesse em preservar e revitalizar o complexo ferroviário já vem de alguns anos. Entretanto, foi por meio do Cordão Valu e dos demais blocos e atividades culturais trazidos por sua influência que se deu a efetiva ocupação e movimentação de pessoas nesse importante espaço público até então esquecido e deteriorado.

Figura 1 - Mapa do Carnaval de rua na região da Esplanada Ferroviária.

Fonte: Elaborado a pedido do autor pela geógrafa Márcia Ferreira (2025).

A história do casal e do Cordão Valu reflete um desejo de preservar as tradições carnavalescas e culturais em Campo Grande, reinterpretando e revitalizando o Carnaval de rua para as novas gerações. A trajetória de Silvana e Jefferson evidencia uma resistência cultural que dialoga com a memória coletiva e histórica da cidade, perpetuando o legado do samba e do Carnaval local, ao mesmo tempo em que renova o espaço urbano com o resgate das raízes e a promoção da cultura popular.

Com o sucesso do Cordão Valu, outros blocos carnavalescos passaram a surgir, enriquecendo a cena local com propostas diversificadas e focadas na ocupação do espaço público e na resistência cultural. O Bloco Evoé Baco, fundado em 2012, o Capivara Blasé, em 2014, e o Calcinha Molhada, em 2016, são exemplos de movimentos que continuam a expandir essa nova forma de vivenciar o Carnaval na capital.

Figura 2 - Esplanada Ferroviária no Carnaval de 2020.



Fonte: Vaca azul - Reprodução do Facebook.

O Bloco Evoé Baco foi criado pelo grupo de teatro de rua Teatro Imaginário Maracangalha, fundado em 2006 e coordenado pelo professor, ator e diretor Fernando Cruz. O grupo, que tem como foco a pesquisa sobre a ocupação artística do espaço público, surgiu como uma alternativa para experimentar o teatro fora dos palcos, com uma abordagem que enfatiza o valor cultural e social da rua.

Em 2009, o grupo Maracangalha, além de realizar o Sarobá (uma festa que resgata a memória dos botecos tradicionais de Campo Grande/MS), organizou o Seminário Arena Aberta, que abordava a ocupação dos espaços públicos, incluindo o Carnaval. Desse seminário, surgiu a ideia de criar o Bloco Evoé Baco, que estreou no Carnaval de 2012. O bloco possui uma identidade marcada por informalidade e rejeição de burocracias, realizando seu cortejo em locais de relevância histórica e social sem prévio licenciamento ou aviso às autoridades (Santos, 2024). A proposta do Evoé Baco é a de ocupação do espaço público como um direito da população.

O Capivara Blasé é mais um bloco que surge dos desdobramentos do Cordão Valu e do Carnaval de rua na capital. De acordo com Vitor Samúdio, um dos fundadores e coordenador do Capivara Blasé, o bloco foi criado pela companhia de teatro Mercado Cênico, que tinha sede

na Esplanada Ferroviária, na rua Doutor Temístocles, em 2014. Também fazem parte da sua fundação Marilu Garcia, Patrícia Andrade e Diogo Adriani.

Sobre os objetivos do bloco, Vitor afirma que o principal é brincar o Carnaval fazendo o Carnaval acontecer, mas também destaca a importância do evento no sentido de ocupar espaços públicos. Outro diferencial do bloco é a profissionalização do Carnaval, com a preocupação com a estrutura, a organização e a padronização, buscando algo mais bonito e aconchegante para os foliões. Dentro dessa linha de profissionalização, ele defende: “[...] mas a nossa ideia, e eu acredito que não só nossa, mas de todos os blocos aqui, é que gere lucro” (Samúdio, 2024). Nesse ponto, é possível perceber uma nítida distinção entre os blocos, seja em interesses, objetivos ou pautas.

O Capivara Blasé tem um desenvolvimento similar ao do Cordão Valu e acompanhou o crescimento do Carnaval de rua na região da Esplanada Ferroviária. Em 2014, no primeiro ano do bloco, não havia palco; as bandas se apresentavam no chão, em frente à sede do Mercado Cênico, na rua Doutor Temístocles, sob uma pequena tenda montada por eles. Somente em 2016 foi montado um palco, ainda pequeno, mas à medida que o público foi aumentando ano após ano, a estrutura e o tamanho do palco também cresceram. O carro de som, para acompanhar os cortejos, foi inserido somente em 2017 (Samúdio, 2024).

Vitor descreve que teve seus primeiros contatos com o Carnaval na escola de samba Vila Carvalho, posteriormente na Fernando Corrêa da Costa, e, após a criação do Cordão Valu, passou também a participar. Embora reconheça a importância do Cordão para o surgimento do Capivara e o crescimento do Carnaval de rua em Campo Grande, ele também aponta outros fatores:

Eu acho que o surgimento de novos blocos aqui em Campo Grande, ele não se dá só pelo Cordão Valu, ele se dá pelo Cordão Valu e pela dinâmica nacional da cultura, que foi essa ampliação e a criação dos blocos de rua país afora, entendeu? Mas eu acho que o Cordão Valu foi um abre-elas assim, um aspecto das pessoas começarem a compreender, né, como é que funciona essa dinâmica e tal (Samúdio, 2024)

Figura 3 - Apresentação da banda Sampri no Capivara Blasé, em 2014.

Fonte: Reprodução do Facebook.

Figura 4 - Apresentação da banda Sampri no Capivara Blasé, em 2020.

Fonte: Vaca Azul - Reprodução Facebook.

Outro destaque no cenário carnavalesco de Campo Grande/MS é o Bloco Calcinha Molhada, fundado em 2016 por Camila Schneider, Raína Menezes e Renata Dias. Criado com o intuito de proporcionar um carnaval seguro e inclusivo para mulheres e a comunidade

LGBTQIAPN+, o bloco realiza as suas celebrações na praça Aquidauana, sem cortejos. Em vez disso, promove uma festa fixa com palco, banda e DJs, com ênfase na contratação de artistas mulheres. O bloco adota uma postura antimachista e antihomofóbica, reforçando a sua identidade como um espaço seguro e acolhedor para a diversidade e a liberdade de expressão (Santos, 2024).

Esses novos blocos refletem um movimento de resistência e transformação cultural em Campo Grande/MS, inspirados pela tradição do Cordão Valu e pela vontade de ocupar o espaço público de forma inclusiva e autônoma. A atuação desses blocos reafirma o Carnaval como uma manifestação popular e política, fortalecendo a memória da cidade, ao mesmo tempo em que promove um espaço para o convívio e a expressão das pautas sociais.

Enfrentando a Repressão, o Conservadorismo e a Luta pelo Direito à Cidade

O Carnaval de rua em Campo Grande/MS, especialmente aquele realizado na Esplanada Ferroviária, sempre foi um evento que reuniu a população e representou uma importante manifestação cultural. No entanto, desde 2018, o evento tem enfrentado desafios significativos devido a ações judiciais, repressão policial e à crescente imposição de normas conservadoras. Em 2018, uma decisão do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS) surpreendeu os organizadores ao recomendar a proibição de eventos na Esplanada Ferroviária, como o Carnaval e o enterro dos ossos, afetando diretamente a realização da festa (MPMS, 2018). Esta decisão foi amplamente divulgada pela mídia, provocando indignação entre foliões e organizadores, que viam no evento uma forma legítima de ocupar o espaço urbano e celebrar a cultura (Correio do Estado, 2018).

Silvana Valu relata que a oposição à festa na Esplanada Ferroviária foi liderada por um pequeno grupo de moradores que, embora estivessem envolvidos com a cultura local, defendiam a transferência do evento para locais distantes, como o Autódromo Municipal. Essa proposta jamais foi aceita pelos organizadores devido à falta de infraestrutura e acessibilidade do local (Valu, 2024). Este impasse evidencia um dos principais conflitos no cenário cultural local: a disputa entre diferentes grupos da cidade, com interesses divergentes em relação ao uso dos espaços urbanos.

O direito à cidade, conceito discutido por Henri Lefebvre em *O Direito à Cidade* (1968), é fundamental para compreender a reivindicação dos blocos de Carnaval. Lefebvre argumenta que a cidade deve ser acessível a todos, não sendo um espaço restrito às elites ou aos poderosos, mas sim um lugar de democratização e participação social. A Constituição de 1988 e o Estatuto

da Cidade - Lei nº 10.257/2001 (Brasil, 2001) reforçam essa ideia ao garantir o direito dos cidadãos à apropriação e ao uso dos espaços urbanos para o lazer e a cultura (Brasil, 1988).

Além das dificuldades legais e burocráticas enfrentadas, o Carnaval de rua em Campo Grande/MS também sofre com a repressão por parte da polícia. Desde 2018, os blocos têm enfrentado a dispersão forçada de foliões, muitas vezes com o uso de spray de pimenta e balas de borracha, o que gerou protestos e críticas tanto dos organizadores quanto da população (Araújo, 2020). Esse tipo de repressão é entendido pelos organizadores como uma tentativa de criminalização do evento e da cultura popular, refletindo a gestão pública conservadora e o distanciamento entre os governantes e as necessidades da população (Valu, 2024; Samúdio, 2024).

Outro ponto de conflito foi a proibição do uso de gelo no Carnaval de 2023, uma medida que foi criticada pelos foliões e implementada pelo poder público em parceria com a Polícia Militar, que a considerava uma possível "arma". A imposição de tais regras evidencia uma visão autoritária e desconectada da realidade do evento, em que a liberdade dos foliões é cerceada em nome da segurança e da ordem pública (Torres, 2023). Após grande mobilização, o uso de gelo foi restabelecido em 2024, com a autorização da Polícia Militar.

A relação entre o sagrado e o profano também se tornou um tema de debate durante o Carnaval de rua em Campo Grande. Em 2020, um incidente envolvendo uma calcinha encontrada na porta de uma igreja evangélica gerou uma reação política de deputados estaduais, que condenaram os blocos de Carnaval, especialmente no que se refere ao comportamento das mulheres durante a festa (Araújo, 2020). Esse episódio deu origem a um movimento denominado "Calcinhaço da Democracia", organizado por mulheres em defesa da liberdade de expressão e contra a misoginia e a censura (Folha de São Paulo, 2020).

Em 2023, a Igreja Evangélica de Campo Grande (IECG) formalizou um pedido para que os blocos não passassem mais em frente à sua sede, na Rua 14 de Julho, palco das festividades carnavalescas desde 1913. O pedido foi atendido pela prefeitura, que alterou os trajetos dos cortejos, restringindo a liberdade de circulação dos foliões. Essa imposição é vista pelos organizadores como um reflexo da falta de compreensão sobre o caráter coletivo e democrático do Carnaval, que deve ser livre e acessível a todos, sem imposições que restrinjam a manifestação cultural (Valu, 2024). A repressão e a intolerância religiosa em relação ao Carnaval de rua, com a proibição da passagem dos blocos em frente às igrejas, revelam um contexto cultural conservador em Campo Grande/MS, que ainda resiste à pluralidade e à diversidade da/cidade (Samúdio, 2024).

A situação do Carnaval de rua em Campo Grande, embora marcada por desafios, também revela a resistência de seus organizadores, que continuam a lutar pela preservação do evento e pelo direito de ocupar os espaços públicos como uma expressão de liberdade e cultura popular. O diálogo com o poder público, embora difícil, tem sido uma tentativa de encontrar soluções para os problemas que surgem a cada edição do evento, com o objetivo de garantir a continuidade dessa tradição cultural.

Ocupando a Cidade, Transformando a Realidade

O Carnaval tem revitalizado os espaços urbanos e o uso coletivo das cidades. Essa festividade não apenas celebra as tradições populares, mas também impulsiona cadeias produtivas locais, fortalece o setor de serviços e dinamiza as economias locais e regionais. Ademais, o Carnaval urbano tem promovido uma nova relação entre a população e os espaços públicos, transformando-os em ambientes vibrantes e repletos de vida durante o período festivo.

Esta seção examina como o Carnaval tem alterado a dinâmica de Campo Grande/MS, tornando-a mais atrativa, inclusiva e economicamente relevante durante os dias de festa. A análise das entrevistas realizadas com os organizadores dos blocos Cordão Valu, Capivara Blase e Evoé Baco também destacou os benefícios sociais e culturais decorrentes desse processo de transformação, reafirmando o Carnaval como elemento central no fortalecimento das cidades como pólos culturais e econômicos.

Silvana Valu destaca mudanças significativas na dinâmica do Carnaval em Campo Grande. Segundo ela:

Nós temos hoje tecidos, fantasias, materiais diversos, até algumas escolas que precisavam [buscar material] pra fora [...]. Hoje não precisa mais, você pode comprar aqui. Você tem loja de fantasia, os hotéis ganham com o cordão, os bares aprenderam a fazer carnaval nos bares, então os bares também ficam lotados. As pessoas deixaram de ir para o interior para ficar na cidade para pular carnaval com seus familiares, com seus amigos. [...] Era uma cidade morta, que não existia durante os dias de carnaval, e hoje ela existe. Hoje é uma cidade pungente durante os dias de carnaval (Valu, 2024)

Esse relato revela não apenas a transformação do Carnaval em um evento urbano integrado, mas também o seu impacto no fortalecimento da economia local. O depoimento evidencia como a celebração passou a impulsionar setores como o comércio de fantasias, a hotelaria e os bares, transformando a cidade, que antes se esvaziava durante o período carnavalesco, em um destino turístico cada vez mais crescente.

A festividade, além de ser uma expressão cultural de grande relevância no Brasil, desempenha um papel crucial no fortalecimento da economia, como ocorre em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Conforme relatado por Vitor Samúdio: "Pode ser evangélico o prefeito, eles não deixam de fazer o Carnaval, porque o Carnaval é sinônimo de dinheiro" (Samúdio, 2024). Tal afirmação reflete a percepção de que o Carnaval transcende as questões culturais e religiosas, configurando-se como um evento estratégico para o aumento da arrecadação tributária, especialmente com impostos sobre serviços gerados durante o período. Como destacado pelo entrevistado: "O Carnaval ajuda a construir escola, postos de saúde, a fazer asfalto" (Samúdio, 2024). Assim, contribui indiretamente para investimentos públicos que beneficiam a população.

Nesse contexto, é possível argumentar que o Carnaval cumpre uma dupla função: ao mesmo tempo em que celebra e promove tradições culturais, também atua como motor de desenvolvimento econômico e social. Essa dinâmica reforça a relação intrínseca entre cultura e economia. Ao analisar o impacto do evento, é possível afirmar que, mesmo para aqueles que não o valorizam sob uma perspectiva cultural, sua importância econômica é inegável.

Além disso, observa-se a valorização do Carnaval como uma oportunidade para reuniões familiares e interações comunitárias. Em contraste com a antiga prática de migração para o interior, a permanência na capital durante o evento reflete a ressignificação das cidades como centros culturais pulsantes. Esses pontos destacam o Carnaval como um catalisador de pertencimento urbano e dinamismo econômico.

Jefferson Contar relembrou as mudanças observadas no perfil e na escala dos participantes do Carnaval ao longo dos anos, mencionando:

Quando fomos para o Zé Carioca, era muito menos gente, mas já era uma aglomeração grande ali na frente. [...] Eu lembro de um ano com uma quantidade imensa de estrangeiros que tinha ali. [...] Lembro de um político do interior que veio nos sondar. Pessoas do interior estavam vindo para Campo Grande, a gente já registrava isso lá no começo. Hoje, isso deve ser muito maior, mas a gente não consegue mais ter essa coisa porque é um volume de gente muito grande (Contar, 2024).

O relato reflete a transformação do Carnaval como um evento de alcance multicultural e inter-regional. Inicialmente mais íntimo e comunitário, o Carnaval experimentou uma explosão de participantes, incluindo turistas estrangeiros e visitantes de outras localidades. A presença de indivíduos como um "político do interior" e "estrangeiros" ilustra não apenas a

pluralidade de públicos, mas também o reconhecimento do evento como um espaço de troca cultural e articulações políticas, sociais e territoriais.

Essa expansão, que tornou impossível o contato pessoal com a maioria dos participantes, destaca o Carnaval como uma manifestação crescente de turismo cultural, atraindo visitantes internacionais e transformando as dinâmicas locais. Essa narrativa reforça a ideia de que o Carnaval opera como uma plataforma de visibilidade tanto cultural quanto política.

A segurança e a gestão do Carnaval também foram temas mencionados por todos os entrevistados, que destacaram o baixo índice de violência registrado durante os eventos. Valu relata que

O comandante geral do Carnaval [...] me ligou e perguntou o que eu tinha achado. [...] Nessa loucura toda, acaba que praticamente não existe ocorrência. Por exemplo, o ano passado, [...] tiveram só oito ocorrências, dados da polícia militar, divulgados inclusive nos jornais. [...] O índice de violência dentro da esplanada é baixíssimo" (Valu, 2024)

Silvana Valu ainda reforça que as ocorrências relatadas frequentemente envolvem questões menores, como "roubo de celular", e que, em sua maioria, os episódios de violência ocorrem fora do perímetro do evento, enquanto no interior do cordão a sensação de segurança permanece alta (Valu, 2024).

Essas observações corroboram a percepção de que o Carnaval, mesmo sendo um evento de grande porte, pode ser gerido de forma a minimizar os riscos à segurança pública. Esse controle reflete tanto o planejamento das operações policiais quanto a própria cultura coletiva do Carnaval, que tende a promover um ambiente de convivência pacífica.

Outro aspecto destacado na entrevista por Vitor Samúdio refere-se à ocupação dos espaços públicos e ao direito à cidade em Campo Grande, tema que encontra no Carnaval um ponto de tensão e resistência:

A rua, as praças, o direito ao usar da cidade em Campo Grande [...] ainda vemos com muita dificuldade. [...] As autoridades ainda são extremamente conservadoras em relação a isso. [...] Eu acho que as praças são negadas para os movimentos culturais. [...] Nós tivemos um avanço do conservadorismo muito grande" (Samúdio, 2024).

A percepção de que os espaços públicos são negados às manifestações culturais reflete uma disputa pelo uso e significado da cidade. O Carnaval, como evento popular e coletivo, confronta diretamente essa resistência conservadora ao afirmar a importância de viver os espaços urbanos como locais de expressão e convivência. Essa análise dialoga com Lefebvre

(1968), que afirma o "direito à cidade" como um direito de reapropriação dos espaços urbanos pelas populações, rompendo com o controle imposto por elites conservadoras e interesses privatistas.

A crítica à postura das autoridades locais, descritas pelos entrevistados como "extremamente conservadoras", evidencia um obstáculo recorrente para os movimentos culturais. A imposição de horários restritivos e a negação de acesso a ruas e praças são práticas que, segundo Harvey (2012), reforçam a exclusão social e limitam o potencial emancipatório das cidades como arenas de transformação social.

No contexto do Carnaval, essas questões se tornam ainda mais relevantes, pois a festividade simboliza uma ruptura temporária com as normas de controle social e reafirma a centralidade do espaço público como lugar de celebração e resistência.

Nesse sentido, evidencia-se o impacto de iniciativas culturais, como o Cordão Valu, na ampliação das possibilidades de ocupação dos espaços públicos em Campo Grande. Segundo Contar (2024), "Como a Silvana tinha comentado [...] o Cordão Valu abriu essas portas. [...] Hoje você vê, por exemplo, o fenômeno das feiras [...] movimentos culturais ocupando as ruas e tal".

O Cordão Valu é percebido como um marco na ressignificação do espaço público ao abrir caminho para que outros movimentos culturais também reivindiquem o direito à cidade. No entanto, essa expansão cultural encontra resistências expressivas, como o embate com autoridades conservadoras. Vitor Samúdio observa: "Nós entendemos que a gente tem direito à cidade, mas [...] as autoridades negam a cidade pra gente. [...] É um jogo político difícil" (Samúdio, 2024).

Os conflitos relatados, incluindo tentativas de restringir a atuação do Cordão Valu e a imposição de limites horários, evidenciam o conservadorismo que permeia as políticas urbanas em Campo Grande. A descrição de um "toque de recolher velado" após às 22h aponta para uma prática institucionalizada de controle, que inibe a permanência de manifestações culturais no espaço público.

O Cordão Valu, os demais blocos e as feiras culturais citadas tornam-se exemplos de resistência e apropriação urbana, reforçando o papel do Carnaval como um fenômeno que ultrapassa a celebração para se tornar uma arena de disputa política e cultural.

Fator de destaque é a importância do Cordão Valu na revitalização da Esplanada Ferroviária, que hoje se consolidou como um ponto turístico e cultural central em Campo Grande. De acordo com Silvana Valu, "A Esplanada, hoje, é um ponto turístico central de

Campo Grande [...]. É lá que as coisas acontecem, porque lá é a referência que as pessoas têm de festa boa. [...] O poder público nunca fez festa ali [...] antes do Cordão Valu" (Valu, 2024).

Essa fala sugere que a ocupação cultural promovida pelo Cordão Valu foi fundamental para transformar a Esplanada Ferroviária, antes percebida como um espaço negligenciado e vazio, em um local vibrante e de referência para eventos promovidos pelo poder público e pela iniciativa privada. Conforme Lefebvre (1968), a apropriação de espaços urbanos por movimentos populares possibilita sua ressignificação e reintegração à dinâmica da cidade, desafiando práticas de exclusão espacial.

Outro ponto destacado foi a relação entre centro e periferia, evidenciada pelo fluxo de moradores da periferia para o Carnaval na Esplanada. A escolha do centro como local de realização do evento não busca ser excludente; pelo contrário, conforme aponta Jefferson Contar, "A periferia tem direito ao centro também. [...] É importante que eles venham aqui, que vivam e ocupem esse espaço aqui do centro, que é negado para eles o ano inteiro" (Contar, 2024).

Essa postura política de enfrentamento à gentrificação e à segregação espacial tende a restringir o acesso ao centro urbano às classes sociais mais abastadas. O Cordão Valu, ao integrar públicos de diferentes origens, promove um Carnaval inclusivo que desafia as fronteiras simbólicas e materiais impostas pelo urbanismo excludente.

Ao abordar o futuro do Carnaval em Campo Grande, Silvana Valu enfatiza a importância de transformar o evento em uma política pública consolidada, evitando que a sua realização dependa de preferências individuais de gestores: "A gente espera que [...] não seja uma história de que o secretário que goste vai ter, o secretário que não gosta não vai ter. [...] Que seja criada uma política pública para o Carnaval de Campo Grande" (Valu, 2024).

Essa demanda reflete o desejo de garantir a continuidade e o crescimento do Carnaval como um bem coletivo, protegido por lei e reconhecido como patrimônio cultural. A institucionalização do evento como política pública responde às dificuldades relatadas, como negociações excessivas e falta de apoio consistente do poder público.

Uma das dinâmicas recentes observadas na cena carnavalesca de Campo Grande é a articulação entre diferentes blocos para a criação de uma associação formal, denominada Associação dos Blocos de Carnaval (ABC). Esse movimento reflete o esforço conjunto da sociedade civil para estruturar e fortalecer a realização do Carnaval de rua na cidade. Segundo Samúdio (2024), "[...] a ideia da associação é justamente unificar esse movimento e fortalecê-lo, principalmente diante do poder público".

A formação da ABC visa atingir objetivos estratégicos que vão além da organização dos blocos, destacando-se a busca por financiamento, a redução da burocracia e a garantia da realização do Carnaval de rua como manifestação cultural e popular. Nesse contexto, a associação visa se posicionar como agente mediador entre os blocos e as instâncias governamentais, buscando garantir não apenas a sustentabilidade econômica dos eventos, mas também a valorização.

Como Samúdio (2024) enfatiza, "[...] É só com a união dessas iniciativas da sociedade civil para fazer com que as coisas melhorem aqui em Campo Grande, seja no aspecto econômico, de realização para os blocos, ou no aspecto burocrático e, obviamente, em primeiro lugar, na dimensão da cultura". Essa iniciativa reflete uma perspectiva coletiva que prioriza tanto o fortalecimento dos blocos como agentes culturais quanto a continuidade do Carnaval como expressão popular legítima.

Outro fator é a busca pelo reconhecimento do Cordão Valu como patrimônio cultural, o que aumenta a legitimidade das demandas por maior apoio institucional. Para além do Cordão, o crescimento e a articulação dos blocos de rua reforçam a força do Carnaval como movimento popular. "Os outros blocos, eles juntos, [...] fazem a coisa crescer. [...] O poder público é obrigado a engolir que a coisa tá crescendo. Que o Carnaval cresça ainda mais, que ele seja um Carnaval mais livre [...] e mais organizado também, por parte do poder público" (Valu, 2024).

Esse desejo combina a espontaneidade, característica do Carnaval, com a infraestrutura necessária para garantir a sua segurança e acessibilidade. A consolidação de políticas públicas para o Carnaval em Campo Grande é vista como uma oportunidade de avanço cultural e econômico, beneficiando tanto a população local quanto os setores empresariais que orbitam o evento.

A expectativa em torno do futuro do Carnaval de rua em Campo Grande reflete um anseio por expansão, descentralização e maior valorização por parte do poder público. Segundo Samúdio, "[...] o meu desejo é que o Carnaval de rua seja melhor, que a gestão pública compreenda a potência do Carnaval de rua, na dimensão cultural e econômica, para que possa investir mais e colaborar mais na realização" (Samúdio, 2024). Essa visão ressalta o desejo por uma ocupação mais abrangente da cidade, não limitada ao centro, mas também aos bairros, fomentando uma interação maior entre cultura e espaço urbano.

Essa ocupação territorial não apenas fortalece o Carnaval, mas também provoca uma reconfiguração mais ampla da relação entre os cidadãos e a cidade. "Quando a gente tiver esse cenário de ocupação, [...] a ocupação da cidade também vai aumentar, porque uma coisa é

reflexo da outra" (SAMÚDIO, 2024). Nesse sentido, o Carnaval de rua é percebido como um catalisador para uma apropriação maior dos espaços públicos, reforçando a importância das manifestações culturais na construção da cidadania.

Outro ponto central está no caráter provocativo e transformador do Carnaval. Segundo Samúdio, "[...] o trabalho que a gente faz no Carnaval, mas que vai para além do Carnaval, ele é um trabalho de despertar, de despertar e de provocar [...] a se apropriarem de sua cultura" (Samúdio, 2024). Essa reflexão revela como o Carnaval não apenas celebra a tradição, mas também promove um "despertar" coletivo, incentivando a valorização e ressignificação da cultura local.

Além disso, o Carnaval de rua de Campo Grande é descrito como uma potência, mas ainda enfrenta desafios relacionados ao reconhecimento de sua importância estratégica por parte da gestão pública. "Espero que a cidade comprehenda o Carnaval e que fortaleça essa atividade para que ela realmente possa contribuir, de fato, e mais ainda, para a cidade, de uma forma mais potente" (Valu, 2024). Essa fala reflete a necessidade de políticas públicas mais consistentes, desburocratização, superação das intolerâncias religiosas e que, de fato, promovam o crescimento sustentável da festividade e maximizem seus benefícios culturais, sociais e econômicos.

Considerações Finais

O Carnaval de rua em Campo Grande/MS enfrenta enormes desafios, especialmente para os blocos que se propõem a ocupar ruas e praças. Contudo, mesmo diante de tantos obstáculos e ataques, a festa segue crescendo e demonstrando a sua força. Os resultados positivos são inegáveis: hoje, o campo-grandense se apropria dos espaços públicos durante o Carnaval, e isso tem impulsionado o surgimento de novos blocos e movimentos a cada ano. Um exemplo concreto desse impacto é a regularidade de feiras que ocupam praças antes desertas e negligenciadas, transformando esses locais em espaços vivos e integrados.

Mais do que uma festa, o Carnaval de rua desperta um profundo sentimento de pertencimento à cidade. Para as gerações mais antigas, que vivenciaram o auge da Estação Ferroviária, aquele espaço permanece vivo na memória e na saudade. Já para as gerações mais jovens, especialmente aquelas nascidas após a década de 1990, o Carnaval se tornou uma porta de entrada para conhecer esse local histórico, antes esquecido, deteriorado e ausente das políticas públicas de valorização. O Cordão Valu, ao surgir e ocupar a antiga Estação Ferroviária, ressignificou o espaço e incentivou o poder público municipal e estadual a utilizá-

lo para seus próprios eventos. Essa reocupação cultural demonstra que o Carnaval de rua em Campo Grande é um aliado indispensável na garantia da ocupação dos espaços públicos e no fortalecimento do direito à cidade.

Campo Grande/MS, para aqueles que desconhecem ou até duvidam, possui um Carnaval com uma história rica e antiga, presente desde a formação do município. Distante de uma possível comparação entre Carnavais de diferentes cidades, no que tange a qualidade, quantidade e antiguidade, esse trabalho teve a pretensão de reafirmar a existência e a relevância do Carnaval campo-grandense. Àqueles que ainda sustentam o discurso de que o campo-grandense não gosta ou não entende de Carnaval, a pesquisa histórica aqui realizada demonstra o oposto: o maior empecilho não é o povo, mas, muitas vezes, os próprios governantes. Historicamente, eles mantiveram ideologias conservadoras e intolerantes que, em diversos momentos, reprimiram, omitiram ou negligenciaram sua importância.

No início do século XXI, o Carnaval de rua em Campo Grande-MS começou a escrever um novo capítulo de sua história. Blocos como o Cordão Valu, ao lado de outros movimentos culturais, associaram o Carnaval a pautas mais amplas, como a ocupação dos espaços públicos e o direito à cidade. Nesse contexto, o Carnaval de rua não é apenas uma manifestação cultural, mas também uma forma de resistência e luta política. Carnavalizar tornou-se um ato político, e o desconforto que essas manifestações culturais causam às elites conservadoras no poder é, por si só, uma evidência.

Atualmente, o Carnaval de rua em Campo Grande/MS, além de reunir milhares de pessoas nas ruas, movimenta a economia local, fomenta o turismo e transforma a sociedade. O crescimento expressivo dos blocos de Carnaval de rua, uma característica que ocorre em todo o Brasil, reflete características e pautas específicas de cada localidade. Em Campo Grande, esse movimento se destaca pela forte associação entre a folia e a militância, com blocos que levantam bandeiras políticas e sociais. Entre os exemplos mais emblemáticos, destacam-se o Calcinha Molhada, um bloco feminista; o Azeite com Dendê, um bloco antirracista; o Bloco do Reggae, um bloco antiproibicionista; o Bonde das Sereias, um bloco LGBTQIAPN+; o bloco Nada Sobre Nós Sem Nós, um bloco anticapacitista; e muitos outros. Uma demonstração de que o Carnaval persiste, resiste, é folia e luta.

Referências

ARAÚJO, Kerolyn. Polícia Militar (PM) usa balas de borracha e spray de pimenta para dispersar os foliões. **Campo Grande News**, 2020. Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pm-usa-balas-de-borracha-e-spray-de-pimenta-para-dispersar-folioses>. Acesso em: 12 de junho 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

CAMPO GRANDE. Lei n.º 3.249, de 13 de maio de 1996. **Dispõe sobre o tombamento do sítio histórico localizado na Vila Noroeste, estação ferroviária e nas ruas 14 de Julho, Rua dos Ferroviários e Travessa Dr. Temístocles.** Campo Grande: Prefeitura Municipal, 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/250743/lei-3249-96>. Acesso em: 12 de junho de 2024.

CONTAR, Edson Carlos. **Do Entrudo ao Show Carnaval em Campo Grande.** In: Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer; Arquivo Histórico de Campo Grande (Orgs.). Série Campo Grande. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 86-105.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as Crises do Capitalismo Global.** São Paulo: Intrínseca, 2012.

HUMBERTO, João; BUREMA, Danúbia. Lienca teme que desfiles sejam barrados pelo MPE na Via Morena. **Campo Grande News**, 2011. Disponível em: <https://www.campograndenoticias.com.br/cidades/capital/lienca-teme-que-desfiles-sejam-barrados-pelo-mpe-na-via-morena/>. Acesso em: 7 de fevereiro 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Paris: Éditions Gallimard, 1968.

MACHADO, Paulo Coelho. O Carnaval de Outros Tempos em Campo Grande. In: Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer; Arquivo Histórico de Campo Grande (Orgs.). Série Campo Grande. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 82-85.

MARQUES, Helder Gustavo. **Memória e Transformação Urbana: Uma Análise do Patrimônio Ferroviário em Campo Grande - MS.** São Paulo, 2014, 109 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS). **Decisão do Ministério Público de Mato Grosso do Sul sobre a proibição do carnaval na Esplanada Ferroviária.** MPMS, 2018.

Mulheres organizam ‘calcinhaço’ em única Assembleia do país sem deputada. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/mulheres-organizam-calcinharco-em-unica-assembleia-do-pais-sem-deputada.shtml#:~:text=Participantes%20do%20ato%20Calcinha%C3%A7o%20da%20Democracia%20na,Calcinha%C3%A7o%20da%20Democracia%20%C2%B720+%2019%20otos>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS). MPMS, Prefeitura e SECTUR firmam TAC com medidas para a realização de eventos carnavalescos na Esplanada Ferroviária. Ministério Público, 2019. Disponível em: <https://www.mpms.mp.br/noticias/2019/01/mpms-prefeitura-e-sectur-firmam-tac-com-medidas-para-a-realizacao-de-eventos-carnavalesco-na-esplanada-ferroviaria/>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2021.

Onda de fechamento de bares e casas culturais afeta cena artística de Campo Grande. **Correio do Estado**, 2018. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/onda-de-fechamento-de-bares-e-casas-culturais-afeta-cena-artistica-de-campo-grande/330000/>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

PALMEIRA, Juliana Dias; PACHECO de Aguiar, Ricardo. Bloco Misto: A Presença das Mulheres no Carnaval de Rua do Recife/PE na Década de Vinte do Século XX. **Dimensões: Espírito Santo**, n. 33, p. 452-464, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/9114>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

NETO, Antônio Firmino de Oliveira. **Campo Grande e a Rua 14 de Julho: Tempo, Espaço e Sociedade**. Presidente Prudente, 2003, 181 p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

TORRES, Thailla. Cubo de gelo vira “arma” e é proibido em blocos. **Campo Grande News**, 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/cubo-de-gelo-vira-arma-e-e-proibido-em-blocos>. Acesso em: 12 de junho 2024.

Entrevistas

JEFFERSON, Contar. **Entrevista com o organizador do bloco de Carnaval de Campo Grande concedida ao autor**. [Gravação de entrevista]. 2024.

SAMÚDIO, Vitor. **Entrevista com o organizador do bloco de Carnaval de Campo Grande concedida ao autor**. [Gravação de entrevista]. 2024.

VALU, Silvana. **Entrevista com a organizadora do bloco de Carnaval de Campo Grande concedida ao autor**. [Gravação de entrevista]. 2024.

*Recebido em 18 de março de 2025.
Aceito em 07 de maio de 2025.
Publicado em 11 de junho de 2025.*